



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comunicação à Nação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, no âmbito da Pandemia da COVID-19

Maputo, 24 de Junho de 2021

Moçambicanas e Moçambicanos!

Compatriotas!

Permitam-me que me dirija a vós, compatriotas, mas desta vez carregado de grande preocupação: **estamos na iminência da terceira vaga da Covid-19, no nosso país.**

Esta vaga será mais agressiva e mais violenta que as anteriores. Será mais severa que a segunda vaga, vivida nos meses de Janeiro e Fevereiro deste ano. E será bem mais grave do que a primeira vaga que ocorreu no ano passado.

Da última vez que nos dirigimos a vós, no passado mês de Maio, alertámos para o facto da pandemia da Covid-19 estar ainda longe do fim.

Dissemos também que a gravidade da terceira vaga resultaria de uma combinação de factores, incluindo o rápido alastramento de múltiplas variantes mais transmissíveis e o baixo nível de vacinação em Moçambique.

Como sempre afirmámos, esta situação não é exclusiva de Moçambique. Em África, vários países já enfrentam uma terceira vaga da pandemia. Essas nações registam hoje um número de casos muito maior que o verificado nas duas vagas anteriores.

Todos os países vizinhos de Moçambique registaram, nas últimas semanas, uma aceleração na taxa de transmissão. Refiro-me, como exemplo, à África do Sul que, nas últimas 24 horas, registou mais de 17 mil casos de infecção por COVID-19.

Em alguns destes países, o sistema hospitalar está a colapsar devido à escassez de camas para o internamento de doentes. Nesses países, aumentou o número de óbitos, devido à COVID-19.

Compatriotas!

Em Moçambique, as últimas semanas têm sido caracterizadas pela rápida subida no número de novas infecções e de internamentos, devido à COVID-19.

Durante o mês de Maio, houve registo de 846 casos de COVID-19. No entanto, só nas três primeiras semanas do mês de Junho, registámos um total de 1.572 casos, o que representa quase o dobro do mês anterior. Noutras palavras, houve em apenas um mês, um aumento de 86% no número de casos. Esta situação é muito grave e deixa-nos bastante preocupados!

Só na semana passada, registaram-se 906 casos. Este número é maior do que o conjunto das três semanas anteriores, em que se haviam verificado 893 casos. Na semana corrente, embora ainda incompleta, já registámos muitos mais casos (1285) que na semana passada. Isto significa que não está apenas a aumentar o número de casos, como está a aumentar a velocidade de propagação da doença.

Esta tendência vai levar ao incremento da necessidade de internamentos nos próximos dias.

A situação epidemiológica é mais grave na Cidade de Maputo, na Província de Maputo e na Província de Tete. Desde o início do mês de Junho, Tete é a província onde observamos o maior incremento de transmissão com a confirmação da variante Delta, que é de intensa transmissibilidade e maior letalidade.

Actualmente, a taxa de positividade das pessoas testadas em Tete supera a registada no pico da segunda vaga. A taxa de ocupação de camas está a aumentar rapidamente, colocando em perigo a capacidade de atendimento hospitalar naquela província. Se a situação epidemiológica em Tete continuar com a tendência actual, poderemos enfrentar um cenário dramático sem precedentes na história da pandemia, no nosso país. Mas a situação de Tete não é isolada. Neste momento, todas as províncias apresentam o mesmo risco de transmissão acelerada do novo coronavírus.

Temos que parar esta tendência. Mais uma vez, somos chamados a dar o nosso máximo, aceitando os sacrifícios necessários para impedir este comportamento. Precisamos de evitar que a terceira vaga se instale em todo o país de forma simultânea e com uma intensidade que impossibilite o seu controlo.

Moçambicanas e Moçambicanos!

O actual incremento de casos é essencialmente resultado de dois motivos, nomeadamente: a **fiscalização inadequada e o incumprimento** total e generalizado (e por vezes deliberado) das medidas de prevenção decretadas.

De uma forma geral, devido à evolução favorável da pandemia nos meses de Abril e Maio, houve um abandono completo do cumprimento das medidas de prevenção por parte dos cidadãos e das instituições.

Nestes dois meses esquecemos a situação dramática de Janeiro e Fevereiro, altura em que milhares de famílias moçambicanas viveram momentos de sofrimento e luto.

Esquecemos os danos económicos e sociais causados por esta crise sanitária. Ignoramos o facto de termos perdido até hoje 863 compatriotas devido a esta doença.

O alívio de algumas medidas de restrição, anunciados em Maio, foi erradamente interpretado. Muitos entenderam que era um anúncio do final da pandemia. Na nossa última comunicação à Nação, chamámos atenção para a necessidade de evitar falsos optimismos.

Notamos, com muita tristeza, que continuam a acontecer festas de aniversário, convívios familiares e outros tipos de festejos que reúnem centenas e centenas de pessoas, apesar do Decreto nº 30/2021, de 26 de Maio, ter limitado a realização de eventos sociais.

Chegaram-nos informações de que alguns centros culturais e até de amizade chegam a ter mais de mil pessoas e até fazem, através das redes sociais, as suas propagandas. Que consciência essas pessoas têm perante a vida dos outros?

Verificamos, com preocupação, que não são cumpridos os limites do número de pessoas em casamentos, sessões de culto e nos funerais.

Continuamos a assistir a aglomerações e à não observância do distanciamento físico nas instituições públicas e privadas. Continuam a ocorrer filas nos bancos, nas

padarias, nos estabelecimentos comerciais, nos serviços públicos de atendimento ao cidadão e em outros lugares. Em poucas palavras, deixou-se de respeitar uma das mais básicas recomendações que é a de manter o distanciamento social.

Constatámos que os restaurantes frequentemente ultrapassam a lotação máxima permitida e não implementam medidas para garantir o distanciamento físico entre os clientes.

Notamos que há um relaxamento total e generalizado em relação ao cumprimento das medidas básicas de higiene, tais como, a lavagem das mãos e a etiqueta da tosse.

Observamos repetidamente cidadãos que não usam máscara ou a utilizam de forma incorrecta, incluindo dentro dos transportes públicos, nos mercados e em locais fechados.

Vemos que muitas instituições abandonaram as boas práticas de medição de temperatura e desinfecção dos espaços.

Em algumas instituições as quais visitei, houve prontidão para lavar só as mãos do Presidente. E os outros? Será que não estão em risco? É preciso observar as medidas de prevenção de forma indiscriminada.

Abandonou-se quase totalmente a prática da quarentena, isto é, o isolamento de compatriotas testados positivo ou que estiveram em contacto directo com pessoas infectadas.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Queremos afirmar que não estamos satisfeitos também com os organizadores e praticantes de algumas modalidades desportivas, concretamente, o futebol recreativo. Em todos os bairros, encontramos jovens a praticar futebol, apesar de não estar autorizado e com o agravante de ocorrer sem a observância do protocolo sanitário.

Mesmo nos níveis da alta competição desportiva, o cumprimento das medidas de prevenção observa uma progressiva degradação.

Caros Amigos Desportistas!

Não gostaríamos de ter que, mais uma vez, interromper o Moçambola. Apelamos aos dirigentes desportivos para que trabalhem com rigor e urgência para não obrigarem a que se tenha que tomar uma decisão mais drástica.

Nenhum cidadão moçambicano pode incriminar o Presidente por ter dito para pararem os jogos para se salvarem vidas, mas podem dizer o contrário: “Por que é que o Presidente permitiu que jogassem, sabendo que as pessoas não cumprem as medidas de prevenção?”

Quero humildemente dirigir-me aos meus compatriotas que estão nos mercados de Chiuaula, Namacula e Nzindje em Lichinga, o mercado de Mbanguia e de Alto Gingon em Pemba; mercado de Warresta, Belenenses e Namicopo em Nampula, mercados da FAE e Brandão em Quelimane, no Maquinino na Beira, irmãos, no mercado 38 e Soalpo em Chimoio. A todos estes, eu lanço este apelo: respeitem a vida, usem correctamente as máscaras, lavem frequentemente as mãos, observem o distanciamento social.

Compatriotas, nos mercados de Kwachena e Kandindi em Tete, Guiua em Inhambane ou Tsuhula em Maxixe; o mercado Limpopo em Xai-xai, o mercado Malhampsene e Nkobe na Matola e mercado grossista de Zimpeto, Xiquelene e Janett em Maputo. Não queremos que contribuam para as mortes precoces das nossas irmãs e nossos irmãos. Não queremos que os nossos mercados, ao longo de todo o país, sejam lugares onde reina a irresponsabilidade e a negligência. Não importa que essa negligência seja de um comprador ou de um vendedor. O vírus não escolhe. O vírus não anda sozinho. Somos nós que o transportamos.

Compatriotas!

Desde o início da pandemia, adoptámos medidas de prevenção e implementámos restrições, no sentido de evitar que a pandemia tivesse uma evolução descontrolada. Hoje, todo este esforço está a ser deitado abaixo por pessoas negligentes e irresponsáveis. Há casos tão escandalosos de desobediência, que só podem ser considerados uma afronta e uma total falta de respeito para com a vida dos outros.

Nunca quisemos impor medidas de contenção que não fossem estritamente necessárias. Tivemos o cuidado em implementar essas medidas de forma gradual, buscando o melhor equilíbrio possível entre a saúde e a economia.

Este é o espírito que nos move para que, sempre que possível, aliviemos a pressão sobre os sectores sociais e económicos. Eu prometo que faremos isso sempre: balançar, equilibrar e avançar. Mas, a consciência é fundamental.

A nossa acção colectiva até agora permitiu evitar o colapso do Sistema Nacional de Saúde, assegurou o regresso seguro às aulas e proporcionou uma reabertura gradual da economia. Todas estas conquistas podem agora ser rapidamente perdidas. Esta é a ameaça que paira sobre todos nós. Mas nós não vamos desistir. Não nos vamos render perante as dificuldades, mesmo que alguns procurem evocar leis, de forma tendenciosa.

Estamos cientes que as restrições que temos estado a implementar implicaram sacrifícios por parte de todos. Tivemos de mudar os nossos hábitos, tivemos que mudar a nossa forma de trabalhar e a nossa forma de conviver.

Reconhecemos que muitos compatriotas manifestam sinais de cansaço em relação às medidas restritivas. No entanto, também sabemos que estas restrições são a única forma comprovada de conter a propagação do novo coronavírus. Não existe outro caminho. Não existe um atalho nesta dura e longa batalha.

A aplicação de medidas restritivas não acontece apenas em Moçambique. Estas medidas são o pilar principal do controlo da pandemia em todos os continentes.

Moçambicanas e Moçambicanos!

Não temos muitas alternativas. A deterioração da situação epidemiológica no nosso país implica a necessidade de reajustarmos as medidas restritivas, temos de dizer NÃO à COVID-19, nem que isso signifique o sacrifício temporário de algumas formas do convívio social. Os números falam por si. Só hoje, por exemplo, registaram-se mais de 400 casos, quando a nossa média diária era de 20 a 30 casos. O número de óbitos subiu para 6, quando já tínhamos uma média diária de 1 óbito por dia. Só hoje, são 6 famílias de luto.

Assim, tendo em conta:

- 1) a situação dos indicadores epidemiológicos e de monitoria da resposta do Sistema Nacional de Saúde que colocam o país no Nível 2;
- 2) a necessidade de atrasar e mitigar a intensidade da terceira vaga;
- 3) a situação grave da pandemia nos países vizinhos; e
- 4) o pouco empenho dos concidadãos na observância das medidas de prevenção.

Ouvida a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19 e outras sensibilidades de interesse nacional e com o meu Governo, decidimos:

Manter as medidas do Decreto n.º 30/2021, de 26 de Maio de 2021, por mais um período de 30 dias, com as seguintes excepções:

- (i) O recolher obrigatório volta a ser das 22h às 4h, e não das 23h às 4h como anteriormente em todas cidades e vilas onde actualmente se observa, incluindo a vila sede de Gurué;
- (ii) O atendimento ao público e a emissão de documentos em instituições públicas deverá ser feito utilizando a modalidade de pré-marcação;

- (iii) Deve-se privilegiar o tele-trabalho, de cerca de 30% do pessoal, nas instituições públicas e privadas em que o distanciamento recomendado não seja possível;

Compatriotas;

Moçambicanas e Moçambicanos,

Vamo-nos adaptar às novas maneiras de viver. Vamos abraçar a tecnologia para resolver este problema.

Gostei de saber que há jovens que não vão parar a competição de xadrez, porque usam as novas tecnologias. É assim como uma instituição tem de pensar. O tempo não é o mesmo e temos muita sorte porque isto acontece num momento em que a ciência ajuda.

Nos cultos, celebrações religiosas, conferências e reuniões, o número de participantes não deve exceder 40% da capacidade máxima de cada local, tendo um máximo de 40 pessoas em locais fechados e 80 pessoas em locais abertos, contra os anteriores 75 e 150, respectivamente;

- (i) Os restaurantes, take away e entregas ao domicílio passam a funcionar das 6h às 20h e não das 6h às 21h como anteriormente; e
- (ii) Os *bottle stores* voltam a funcionar das 09h às 15h e não das 09h as 17h;
- (iii) É interdito o uso de Teatros, Centros Culturais, Auditórios, devendo o seu uso excepcional ser mediante pedido devidamente fundamentado dirigido ao Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;
- (iv) O funcionamento dos Centros Comerciais aos domingos, feriados e dias de tolerância de ponto passam a funcionar das 09horas às 15horas e nos restantes dias, o funcionamento será das 09horas as 18horas;

- (v) Excepcionalmente, em situações devidamente fundamentadas e após prévia avaliação do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos poderá ser autorizada a realização de conferências e reuniões com um número de participantes não superior a 150 pessoas;
- (vi) Por se verificar a prática de aglomerações e jogos colectivos ao longo das praias, volta a ser interdita a frequência às mesmas para motivos de lazer;

Todas estas medidas devem ser implementadas em estrita observância do protocolo emitido pelas autoridades sanitárias.

As medidas aqui definidas, entram em vigor a partir das zero horas do dia 26 de Junho. Ao longo dos 30 dias da vigência do próximo decreto, as acções de fiscalização serão intensificadas.

Por isso, chamamos atenção ao empenho total da Inspeção Nacional de Actividades Económicas - INAE, da Polícia da República de Moçambique e Polícias Municipais. Pedimos a colaboração de todos para que implementem e ajudem a implementar as medidas que acabámos de anunciar no lugar de refilar, quando as autoridades nos chamam atenção. Respeitem o Polícia; respeitem o Pessoal da Inspensão; respeitem o Polícia Camarária. Eles estão apenas para colocar o país nos moldes que todos ansiamos.

Queremos apelar, em especial, às autoridades fiscalizadoras. É preciso que sejam mais rigorosas e mais eficientes na repressão dos casos de desobediência. É vossa responsabilidade impedir que um pequeno grupo de gente inconsciente e irresponsável coloque em causa a sua saúde e a vida de todos os moçambicanos.

Moçambicanas e Moçambicanos;

Minhas e Meus Compatriotas!

O Governo continua a trabalhar para concretizar o plano para imunizar 17 milhões de moçambicanos e dessa forma garantir a protecção contra casos graves da COVID-19. No entanto, por razões que não controlamos existe uma carência generalizada de vacinas no mercado. Por esta razão, a melhor vacina que está ao alcance de todos nós é o respeito colectivo das medidas de prevenção.

Acreditamos que o cumprimento rigoroso das medidas contidas do Decreto nº 30/2021 (com os ajustes que acabámos de anunciar), poderá reverter a tendência de alta transmissão que se verifica em Moçambique.

Precisamos, com urgência, de resgatar as boas práticas que soubemos, todos juntos, implementar nos primeiros meses da pandemia. Nós já demonstrámos que podemos e sabemos fazer. Vamos voltar a alcançar essa conquista. Nós já fomos um país exemplar na contenção desta doença. Vamos voltar a sentir esse orgulho.

Dirigimos um apelo particular aos dirigentes das instituições públicas e privadas, mais concretamente, aos directores de hospitais, das escolas, aos responsáveis pelos serviços de registo e notariado, aos gestores das agências bancárias, das empresas, aos líderes religiosos, aos proprietários dos restaurantes e dos estabelecimentos comerciais. A todos esses, lançamos o apelo: sejam responsáveis. Assegurem o cumprimento rigoroso das medidas de prevenção da COVID-19 nos seus sectores. Sejam líderes pelo vosso próprio exemplo.

Compatriotas!

Iremos reforçar a actuação dos agentes de fiscalização. Iremos aprimorar a aplicação das sanções previstas na lei para responsabilizar os gestores de estabelecimentos ou instituições que não cumprem as medidas de prevenção em vigor.

De igual forma, a título individual, toda a moçambicana e todo o moçambicano deverá ser capaz de aplicar e exigir a aplicação das medidas de prevenção da COVID-19, na

sua família, na sua comunidade, no seu local de trabalho, no transporte público ou em outro local.

Caros Compatriotas!

A pandemia da COVID-19 está longe do fim e continua a matar. Nos próximos meses, atravessaremos momentos de alta transmissão, intercalados por períodos de baixa transmissão. É assim que se comporta esta pandemia: com ciclos de altos e baixos. Não podemos nunca pensar que os momentos de baixa incidência traduzem o fim da pandemia. Não podemos confundir o alívio das restrições com o relaxamento total e definitivo.

Nas próximas semanas poderemos, mais uma vez, viver circunstâncias de grande aflição, devido à terceira vaga da pandemia no nosso país. As medidas que hoje anunciamos poderão ter de ser agravadas, de acordo com a evolução da situação epidemiológica.

Cabe às autoridades e às lideranças tornarem mais rigorosa e efectiva a fiscalização em todos os momentos, em todo o país. Mas cabe a cada moçambicana e moçambicano ser um combatente firme na luta contra a COVID-19. Só desta forma, seremos capazes de proteger a nossa saúde, a nossa economia e a nossa forma de estar.

Compatriotas!

Vamos defender a nossa jovem nação, vamos garantir o futuro das gerações vindouras, que os nossos antepassados garantiram o presente.

Muito obrigado pela atenção.